Rfb Editora

ECOLOGIA DOS SABERES

UM OLHAR PARA A INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE).

NEYLANE DE SOUZA LIMA
MARIANNE LOUISE MARINHO MENDES
FLÁVIA EMÍLIA CAVALCANTE VALENÇA FERNANDES

ECOLOGIA DOS SABERES: UM OLHAR PARA A INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Neylane de Souza Lima
Marianne Louise Marinho Mendes
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes

ECOLOGIA DOS SABERES: UM OLHAR PARA A INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Souza
Diagramação
Worges Editoração
Revisão de texto e capa
Autoras

Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos
Produtor editorial
Nazareno Da Luz

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

L732e

Lima, Neylane de Souza

Ecologia dos saberes: um olhar para a inserção da extensão universitária nos cursos de saúde da Universidade de Pernambuco (UPE) / Neylane de Souza Lima, Marianne Louise Marinho Mendes, Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes. – Belém: RFB, 2023.

46 p.; 16 X 23 cm
Livro em pdf

ISBN 978-65-5889-574-9
DOI 10.46898/rfb.2831e96d-cf40-4838-9d5b-947c74dc2c97

1. Ensino Superior - Pernambuco. I. Lima, Neylane de Souza. II. Mendes, Marianne Louise Marinho. III. Fernandes, Flávia Emília Cavalcante Valença. IV. Título.

CDD 378.8134

Índice para catálogo sistemático

I. Ensino Superior - Pernambuco

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Profª. Drª. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Profª. Drª. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Profª. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.ª Drª. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.ª Drª. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.ª Drª. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.ª Drª. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

CAPÍTULO 1
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA ECOLOGIA DOS SABERES 11

CAPÍTULO 2
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE 17

CAPÍTULO 3
ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO, NA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE) 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS 35

REFERÊNCIAS 39

ÍNDICE REMISSIVO 42

SOBRE AS AUTORAS 43

APRESENTAÇÃO

Este E-book, ECOLOGIA DOS SABERES: UM OLHAR PARA A INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE), foi elaborado com o intuito de esclarecer a extensão universitária no âmbito da Ecologia dos saberes, refletindo sobre sua importância na formação em saúde, como forma de contribuir para o processo de inserção das atividades de extensão no currículo dos cursos, inspirando-se na realidade da comunidade acadêmica da Universidade de Pernambuco (UPE).

Trata-se de um recurso educacional, apresentado como produto ao Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI), mestrado profissional da Universidade de Pernambuco (UPE) *Campus* Petrolina, sendo um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre pelo referido programa.

Desta forma, este livro é composto por três capítulos desenvolvidos com base em todo estudo, pesquisa e entrevistas realizados durante o desenvolvimento da dissertação "INSERÇÃO DA EXTENSÃO NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO *CAMPUS* PETROLINA", apresentada ao PPGFPPI.

Diante das dificuldades apresentadas para a efetivação da inserção da extensão no currículo dos cursos, ficou clara a necessidade de um material que auxiliasse a comunidade acadêmica nesse processo de incorporação curricular obrigatória das atividades de extensão, conforme Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério de Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES).

Posto isto, as sugestões coletadas nas entrevistas durante o mestrado, com os participantes da pesquisa, foram analisadas e selecionadas para compor este produto com influência da Ecologia de Saberes, visto que, pela concepção freiriana, a extensão acontece através da comunicação, baseada, sobretudo, no diálogo e na troca de saberes, constituindo-se em uma via de mão dupla.

CAPÍTULO 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA ECOLOGIA DOS SABERES

A extensão universitária é um processo dialógico e interdisciplinar (SOUZA, et al, 2008) que propicia um "conhecimento prudente" concedendo uma agregação entre ensino, serviços locais e a comunidade, objetivando oportunidades inovadoras para a formação crítica e reflexiva do profissional, do cientista e do cidadão, levando em consideração a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (OLIVEIRA; CHIESA, 2016).

Considerando esse contexto, as atividades extensionistas dialogam com os diferentes saberes, potencializando ações emancipatórias, democráticas, solidárias e transformadoras diante dos problemas sociais contemporâneos que se apresentam cada vez mais complexos, transversais, multidimensionais. Esse processo conta com a participação ativa dos diversos atores da sociedade (OLIVEIRA; CHIESA, 2016).

Em muitos momentos, as universidades foram vistas apenas como catedráticas, centralizadas, os professores, detentores do conhecimento, olhando para uma sociedade apartada e distante de sua realidade. A inserção da extensão na rotina acadêmica busca, justamente, romper com esse paradigma segmentar, ultrapassado, que não nos cabe mais agora, pois não nos oferece um processo de formação sólido e crítico que atenda a necessidade de novas buscas e descobertas deste tempo atual.

A extensão universitária no Brasil surgiu com a influência do modelo europeu. No início, as atividades extensionistas ofereciam serviços à comunidade em forma de cursos, palestras, conferências. Era uma transmissão de conteúdo de "quem sabe" para "quem não sabe", sem que fossem consideradas experiências de "trocas" de saberes e conhecimentos (NOGUEIRA, 2000).

Com a consolidação da ditadura militar no nosso país, as ações extensionistas entraram em uma fase assistencialista, na qual o governo propõe que os alunos executem serviços de auxílio e amparo à comunidade carente. Essa fase não envolve o diálogo da extensão com o ensino e a pesquisa nessas instituições acadêmicas (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Com o fim do regime militar, os movimentos estudantis surgiram com força e, com eles, a necessidade de redemocratização atinge a Universidade Pública, passando-se a questionar o viés meramente assistencialista das atividades extensionistas. É assim que a extensão universitária começa a apropriar-se de sua atual fase, isto é, a extensão dialógica, fundamentada na troca de saberes e sustentada nos ensinamentos de Paulo Freire (OLIVEIRA; GOULART, 2015)

> Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1989, p. 29).

Diante dessa nova perspectiva, fez-se necessário entender que as atividades extensionistas podem ir muito além das percepções assistencialistas que se idealizaram ao longo do tempo e que ainda insistem, por vezes, em permanecer nas pautas dos projetos e programas de extensão nas universidades. Não estamos afirmando, com isso, que a assistência não pode fazer parte da extensão. Pode e deve, contudo, se for configurada a partir da pesquisa e do ensino. Nesse sentido, é muito importante ressaltar o processo de indissociabilidade que ainda é tido como grande desafio para a academia (ARAÚJO; CRUZ, 2022).

Como já citamos, o educador Paulo Freire foi um dos maiores colaboradores para esse debate, por meio de obras como Pedagogia

do Oprimido (FREIRE, 1987) e Extensão ou Comunicação (FREIRE, 1980), ao desenvolver a Pedagogia da Libertação, criticando o modelo de ensino tradicional e apresentando-nos a dialogicidade expressada pela troca de saberes e pela interação dos conhecimentos acadêmicos com os conhecimentos populares. Em sua obra o referido autor explora pontualmente as atuações da extensão universitária e suas perspectivas com base na interação dialógica.

Freire ressalta que o termo extensão está sendo associado à "transmissão" de um saber, exprimindo a ideia de "entrega", no sentido de fazer ir até "o outro", considerado inferior, o negando como ser transformador do mundo. Para ele a extensão não é isso; não é a extensão de conhecimentos técnicos, não é o ato de depositar ou entregar saber nem cultura; mas é uma comunicação verdadeira em que há uma coparticipação no ato de compreender a significação do significado (FREIRE, 2015).

O educador fala ainda de "invasão cultural", pois o conteúdo entregue geralmente reflete a visão de mundo daquele que se estende e que geralmente coloca-se superior àqueles que recebem passivamente o conhecimento, onde as verdades se tornam cada vez mais provisórias (FREIRE, 1987).

Portanto, pela concepção freiriana, a extensão acontece através de uma comunicação de saberes promovendo uma via de mão dupla, fazendo-se necessário superar a concepção da extensão como um caminho unidirecional. Embasando-se nessas concepções, temos nesta conjuntura o confronto da monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes que Santos explica:

> É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogéneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interacções sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes

> baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS 2007, p. 21).

Dessarte, "a ecologia de saberes, são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo" (SANTOS 2008, p. 70). Sendo assim, a interação entre os saberes científicos e não-científicos faz emergir o conhecimento, valorizando e reconhecendo, também, a cultura e os saberes da comunidade não-acadêmica (FLEURI, 2019).

Ocorre, pois, que o conhecimento deve ser fruto de uma construção compartilhada de experiências e saberes, em um processo dialógico que se dá "com" e "entre" as pessoas e decorre "no" e "com" o mundo, de forma horizontal, ponderando-se como um processo bilateral. A ecologia dos saberes concebe-se a partir dessa possibilidade de construção de atividades extensionistas dialógicas, que se tornam instrumentos efetivos de mudança tanto para a universidade, como para a sociedade (ARAÚJO; CRUZ, 2022).

A educação deve ser capaz de despertar a visão do macro e alcançar a formação do homem como ser histórico promovendo a expansão da consciência individual e coletiva, e a reflexão sobre os problemas do mundo atual, bem como das necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, as universidades, como centros de formação e conhecimento, devem despertar para reconhecerem que similarmente existem outros espaços onde há o saber, a partir de diferentes atores sociais. A própria academia, nas últimas décadas, vem mudando sua população acadêmica, sendo direcionada, em certos aspectos, para a reinvenção. Dessa forma, garantir a permanente presença de grupos sociais diversos no referido espaço é despertar o pertencimento dos discentes ao mundo acadêmico, porém, não

unicamente como estudantes de cursos universitários, mas também como sujeitos partícipes da sociedade.

CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

O Brasil possui uma sociedade de classes desiguais, com uma enorme desconformidade social. Enquanto existe uma minoria da população brasileira com um poder aquisitivo grande, milhões de pessoas vivem na pobreza absoluta e, consequentemente, não tem recursos para a sobrevivência básica, sem acesso garantido a serviços de saúde, saneamento, transporte, internet, educação, moradia, lazer, entre outros, isso porque esses serviços oferecidos muitas vezes são precários e não atende a todos de forma eficiente ou ainda porque precisam ser pagos e tornam-se inacessíveis para a classe mais pobre (LAGO, 2019).

Assim, a vida do povo brasileiro é pautada na diversidade e na diferença, pois somos membros de uma nação heterogênea e democrática. No entanto, para que essa democracia se concretize, é necessário perpassar os espaços educacionais, sobretudo as instituições de ensino superior, a fim de que o conceito de vida democrática seja reproduzido interna e externamente nas academias (AGOSTINI, 2022).

Observando tais afirmações e na busca de soluções para essa realidade, torna-se perceptível o embate entre os saberes populares e científicos na rotina do povo brasileiro. Ressalta-se, contudo, que é no diálogo que se constrói e se muda o mundo na medida em que se confronta o conhecimento dos envolvidos (LAGO, 2019).

Fundamentalmente, a extensão universitária é um espaço propício para a troca desses saberes de forma planejada, respeitosa e efetiva, pois permite essa interação dialógica e impede que a universidade fique isolada, centralizada, descolada dos problemas sociais. Essa dialogicidade existente provoca questionamentos, os conhecimentos do senso comum são externalizados, os saberes se complementam e o estudante passa a ter um olhar diferente, reconhecendo as barreiras do seu saber para permitir a colaboração do outro (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

A essa altura, é importante ressaltar que a extensão estimula o progresso econômico e sustentável, com caráter ético considerando os valores e interesses sociais, expressando o compromisso social das universidades e valorizando não apenas o conhecimento científico, mas também os saberes e o conhecimento prévio da população (FERRARESCO; CODATO, 2021).

Observando-se sob a ótica dos cursos de saúde, as profundas modificações que transparecem no mundo contemporâneo, sugerem uma potencialização das relações centrais nessas formações. Elimina-se, pois, a educação mecanicista tradicional, a qual compartimentaliza o conhecimento em campos altamente especializados, buscando uma eficiência mais técnica. Assim, o cuidar deixa de ser uma simples aplicação de técnica e passa-se a envolver a compreensão e o sentir do outro (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

Com isso, as ações realizadas nos cursos de formação em saúde promovem fortes laços afetivos por envolver os estudantes em um universo diversificado de pessoas, construindo relações com base na confiança, no respeito, no diálogo e na interação. Essas realizações implicam a necessidade de diálogo entre os participantes oportunizando a troca de conhecimentos e a construção de novos saberes (BARBOSA *et al*, 2022).

Percebe-se, então, uma conexão entre cuidar, dialogar e produzir conhecimentos, que permite identificar valores significativos para a formação em saúde. Assim, as ações extensionistas na formação em saúde favorecem o entendimento da doença e a compreensão do sujeito por meio das práticas e vivências que confrontam a teoria e a prática provocando reflexões acerca de valores, costumes e crenças (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

Sendo a extensão esse espaço de vivências e confrontos entre teoria e prática em uma dinâmica dialógica, multiprofissional e socialmente compromissada, estudos têm revelado o potencial extensionista na formação em saúde, promovendo a potencialidade de novos conhecimentos relativos às práticas de cuidado integral com articulação acadêmica, conciliando a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Na medida em que há essa indissociabilidade, gera-se o desenvolvimento de uma visão integral do homem e a ampliação da concepção de cuidado favorecendo o adequado desenvolvimento do trabalho em saúde (SILVA *et al*, 2013).

Nessa perspectiva, o processo de formação se dá em vários ambientes em que o diálogo é o método! Desse ponto de vista das relações, onde diferentes profissionais trabalham de forma integrada, a escuta ao que o outro fala mesmo que não se concorde, gerando respeito e compartilhando saberes e responsabilidades com um objetivo em comum. Esse compartilhamento agrega valores e tem a finalidade de melhorar as respostas dos serviços às reais necessidades da sociedade e o resultado é a melhoria da qualidade de atenção à saúde, trazendo segurança ao paciente e reduzindo os erros clínicos (BARBOSA *et al*, 2022).

Desse modo, pode-se constatar que a extensão tem uma missão tão importante quanto o ensino e a pesquisa: a de criar, valorizar e intensificar uma cultura de parceria entre as universidades e outros membros da sociedade. Os projetos extensionistas precisam ser coerentes e condizentes com as demandas da população, enfatizando a educação popular em saúde (FALKENBERG *et al*, 2014).

Por outro lado, consideramos que existe a necessidade de repensar sobre o desenvolvimento das práticas extensionistas nos cursos de formação de profissionais da saúde de forma a possibilitar a formação reflexiva, contribuindo para re(significação) de ações

de ensino vivenciadas na universidade e assim contribuir com o desenvolvimento das competências pretendidas em cada curso e com as demandas da comunidade (FERRARESCO; CODATO, 2021).

Sob esta conjuntura, uma competência bastante desenvolvida nas atividades de extensão é a capacidade de liderança, exercida muitas vezes para contornar momentos de adversidades. Esta habilidade pode estar ligada à personalidade dos estudantes, ao conhecimento acumulado, ou ainda, ao interesse e envolvimento de cada um nas ações propostas. Outra competência que tem seu desenvolvimento destacado em ações extensionistas é a comunicação, seja ela verbal ou não verbal, pois promove a experiência de diálogo com várias pessoas que possuem diversos níveis de compreensão (FERRARESCO; CODATO, 2021).

Juntamente, um distinto fator a ser considerado é que os estudantes que participam de atividades extensionistas aprendem a problematizar, a refletir, a pensar e a conviver com erros e acertos, na medida em que essas experiências articulam diferentes classes de profissionais e permitem a análise de aspectos interdisciplinares e relações multiprofissionais em práticas de atenção à saúde, gerando confrontos dialógicos entre os envolvidos e, ao mesmo tempo, uma maior harmonia na produção do cuidado integral, provocando a reelaboração de práticas e melhorando a assistência à saúde (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

Convém elencar que, para trabalhar a educação em saúde nas atividades extensionistas, não basta os conhecimentos prévios. São necessários um bom planejamento e a implantação de ações que estimulem e animem os estudantes a absorver essas experiências para sua vida, levando em consideração a diversidade e subjetividade dos envolvidos. “Propostas de intervenção prontas e impostas, provocam

resistência e não alcançam os seus objetivos" (FERRARESCO; CODATO, 2021, p. 143).

Nesse sentido, as instituições de ensino superior são convidadas a repensar suas práticas pedagógicas, numa tentativa de se aproximar da realidade social, de forma que o estudante aprenda a aprender, a conhecer, a fazer, a conviver, a ser. E que, nessa perspectiva, o paciente não seja considerado apenas objeto de prática, mas que tenha uma participação consentida e consciente do processo que deve ser informado com respeito à sua dignidade e privacidade (MITRE *et al*, 2008).

Assim, é necessário permitir a formação de um estudante apto a construir seu próprio conhecimento e a trabalhar em grupo de modo articulado e fecundo, desenvolvendo a responsabilidade e a sensibilidade para as questões da vida e da sociedade capacitando-os a intervir em contextos de incertezas e complexidades.

Percebe-se ainda, que, nessa área, é comum que as atividades extensionistas envolvam assistência na produção de cuidado integral e por isso acabam por focar suas atividades no assistencialismo. No entanto, o processo formativo em saúde desenvolvido deverá ser direcionado pelo reconhecimento da dimensão acadêmica extensionista a partir das diretrizes do Fórum de Extensão de Pró-Reitores das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX) (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades no campo da assistência não deve ser pautado apenas no assistencialismo, mas que expresse seu comprometimento social, associando-o à formação crítica e cidadã, sem negar o protagonismo dos sujeitos nos confrontos entre saberes e práticas, de forma a incentivar a autonomia e responsabilidade

dos discentes, tornando-os sujeitos ativos na aprendizagem, capazes de associar com o mundo aquilo que estão aprendendo.

Na relação professor-aluno-sociedade é importante considerar que ensinar exige respeito à autonomia e a dignidade de cada sujeito, respeito aos saberes culturais e à bagagem de todos os saberes construídos na prática comunitária (SILVA; RIBEIRO; JUNIOR, 2013).

Sendo assim, a extensão universitária promove essa aprendizagem significativa, com um conteúdo altamente significativo, desenvolvendo ações favoráveis ao aprendizado, de forma a estabelecer relação entre o novo e o que foi aprendido anteriormente em sala de aula.

Diante dessas considerações, acredita-se que a inclusão das atividades de extensão no currículo dos cursos superiores, apesar dos desafios para as Universidades, é uma oportunidade concreta para a realização de muitas mudanças, principalmente nos cursos de saúde, reformulando as práticas de ensino-aprendizagem no campo da formação desses profissionais, a fim de promover o pleno desenvolvimento dos estudantes nos aspectos cognitivos e, sobretudo, sociais e emocionais, amadurecendo quanto ao relacionamento com a sociedade e potencializando as competências e habilidades do profissional em formação.

Dentro dessas reflexões, considera-se também que a extensão não seja pautada apenas no assistencialismo, mas propicie esse diálogo mais efetivo com a sociedade, promovendo a concretização da democracia nesta nação heterogênea, de vida pautada na diversidade e na diferença e que, na sua rotina, busca soluções reais, neste embate entre saberes populares e científicos que permite a colaboração do outro. Para isso, é imprescindível um bom planejamento que leve em consideração a diversidade dos envolvidos.

CAPÍTULO 3

ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURRÍCULO, NA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

A interação acadêmica praticada nas Universidades abarca as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo a Resolução CNE/CES n. 7/2018, no seu Artigo 7º, são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Esse artigo reforça o posicionamento do MEC e esclarece o que considera como atividades extensionistas, que são aquelas que ultrapassam os limites físicos da universidade, sendo, contudo, administradas e aplicadas pela instituição. Dentro desse conjunto de atividades da extensão, evidenciam-se a prestação de serviços, as atividades acadêmicas que possam ser ofertadas para o público ou ainda alguma uma atividade pontual provinda de uma demanda da sociedade.

As ações de extensão são geridas e aplicadas pela Pró-Reitoria de Extensão de cada universidade, valendo-se, também, de regras aprovadas em seus conselhos por meio de Resoluções, as quais disciplinam a Política de Extensão de cada instituição. Dessa forma, a interação com a sociedade similarmente está amparada em normas institucionais que guiam a extensão, elaboradas à luz das orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores da Extensão (FORPROEX), da experiência extensionista e da constante análise acerca das necessidades internas e externas da universidade. Portanto, são inúmeras as alternativas de relacionar-se com a sociedade, por meio de projetos e ações, que podem se tornar práticas relevantes e permitir a troca de saberes, colaborando com a difusão de diferentes culturas (FRAGA, 2017).

Essas atividades devem ser inseridas nos currículos dos cursos de graduação, em pelo menos, 10% da carga horária total do curso

conforme prevê a Portaria MEC, nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018. Sendo assim, os Projetos Pedagógicos dos Cursos foram atualizados para se adequar a essa exigência até o final de 2022 (prazo máximo do MEC) e após aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, serão postos em prática nas novas entradas dos cursos. Essa adequação sugere uma aproximação cada vez maior entre o ensino, pesquisa e extensão, assegurando a indissociabilidade entre eles e promovendo uma maior inclinação do ensino para as questões sociais.

Analisando, à luz da Ecologia dos Saberes, trazemos aqui dados e orientações de implementação da extensão no currículo na UPE. Esse processo de inserção começou desde 2017, quando as Pró-Reitorias de Graduação e extensão, respectivamente PROGRAD e PROEC, criaram uma normativa na tentativa de estabelecer a política de curricularização da extensão, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) 068/2017. Esta resolução posteriormente foi atualizada no ano de 2021 como política de creditação da extensão por meio da Resolução CEPE 049/2021.

Para cumprir com as exigências legais relacionadas à extensão universitária, orientar o processo de elaboração e sugerir possíveis caminhos para creditação de atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação, a UPE criou, em 2019, o Guia de Creditação para as Atividades de Extensão da UPE (UPE, 2019). Então, a política de inserção curricular da extensão na referida universidade é estabelecida por meio da Resolução CEPE 049/2021 e pelo Guia de Creditação da Extensão na UPE.

Ao analisarmos o Guia citado, observamos que o mesmo está antenado à curricularização, e apresenta um cuidado e incentivo à vivência de experiências seguindo pelo caminho da Ecologia de Saberes, pois a UPE considera como atividades de extensão, as intervenções que estejam vinculadas à formação do estudante e que envolvam

diretamente a comunidade externa, visando o desenvolvimento social enquanto trabalha a coletividade e o desenvolvimento social. Sendo assim, o documento orienta que as atividades de extensão "priorizem métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo orientados à apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades" (UPE, 2019, p. 6).

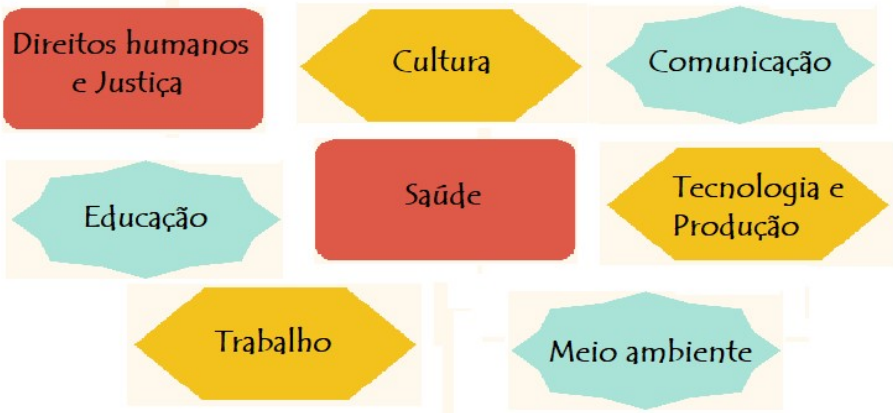
O Guia já define as modalidades nas quais as atividades extensionistas podem ser vivenciadas, conforme o FORPROEX, e baseando-se no Artigo 8º da Resolução CNE/CES n. 7/2018, sendo elas:

1. **Programas -** Conjunto de projetos de extensão ampliado, de caráter institucional, realizados com o mesmo objetivo e sob uma coordenação comum.
2. **Projetos -** Conjunto de ações processuais contínuas de caráter educativo, social, cultural, esportivo ou tecnológico, integrado às atividades de ensino e pesquisa, com objetivo específico e prazo determinado.
3. **Cursos -** Conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejado e organizado de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal. Uma atividade de disseminação de conhecimento.
4. **Oficinas -** Atividade pedagógica de caráter prático que visa a troca de saberes numa perspectiva de interação dialógica. Uma atividade centrada na construção coletiva do conhecimento.
5. **Eventos -** Organização, promoção ou atuação em uma programação, implicando apresentação pública. Livre ou para clientela específica, de difusão de conhecimento, processo ou produtos culturais, científicos ou tecnológicos, desenvolvida ou reconhecida pela UPE em diferentes modalidades, como fórum, congressos, seminários, simpósios, musicais, teatro e outros. A norma geral, estabelece que os eventos podem ser computados, mas os pró-reitores defendem que nem sempre pois vai depender dos estudantes terem construído ou não o processo. Se eles foram só assistir, não vale.
6. **Prestação de Serviços -** Atividades de caráter permanente ou eventual, que compreendam a execução ou participação em serviços profissionais e se fundamenta em habilidades e conhecimento de domínio da Universidade. Considera-se

> atividade de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado na UPE, incluindo-se nesse conceito assessorias e consultorias, pesquisas encomendadas e atividades contratadas e financiadas por terceiros (comunidade ou empresa), e caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem.

As áreas temáticas que constam na agenda do FORPROEX estão definidas no mesmo Guia, nas suas páginas 6 e 7. Elas correspondem a grandes focos de política social a fim de nortear a sistematização das ações. Estas áreas estão sistematizadas na figura a seguir:

Figura 1: Áreas temáticas da Extensão Universitária



Fonte: Autoria própria (2023).

Posto isso, é importante ressaltar também a forma como os componentes curriculares de extensão podem ser registrados na UPE, e também está definido no Guia. Destaca-se porém, que a Resolução CEPE 049/2021 apresenta atualização dessa definição.

O Guia de Creditação da Extensão da UPE foi criado em 2019, trazendo orientações da PROGRAD e da PROEC, com base na Resolução CEPE 068/2017, atualizada posteriormente como citado. Segundo esses documentos, as atividades de extensão devem ser instituídas nos seguintes formatos:

1 - Ação Curricular de Extensão (ACE)

"Conjunto de atividades planejadas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os estudantes são protagonistas na organização, execução e avaliação da ação" (UPE, 2017, p. 2).

2 - Componente curricular misto.

"Inclui, além das atividades teóricas e/ou teórica e prática já previstas, também atividades teóricas e/ou práticas de extensão. Ou seja, pelo menos parte da disciplina deve ter característica de extensão" (UPE, 2017, p. 2).

Como a Resolução CEPE Nº 068/2017 foi revogada por meio da Resolução CEPE Nº 049/2021 e, dentre outras alterações, houve modificação nas formas de instituição dessas atividades, o Guia precisa ainda ser atualizado, pois a nova normativa indica que as atividades de extensão devem ser instituídas nos seguintes formatos:

1 - Atividade Curricular de Extensão (ACE)

"Conjunto de atividades planejadas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências previstas no currículo, nas quais os estudantes são protagonistas na organização, execução e avaliação" (UPE, 2021, p. 3).

2 – Disciplina Curricular de Extensão (DCExt).

"Envolve atividades teóricas e práticas de extensão, ofertado com carga horária mínima de 30 horas e máxima de 90 horas, em determinados semestres letivos" (UPE, 2021, p.3).

Segundo a Resolução CNE/CES n. 7/2018, nos artigos 15 e 16, as atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados e devem ser também, adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

Em um processo de curricularização, é normal a busca por novas ideias de atividades nas diversas modalidades propostas pela instituição, porém, é importante destacar que muitas atividades, já desenvolvidas anteriormente como Atividades Complementares (ACCs), podem simplesmente ser inseridas na carga horária do curso e o aluno passa a vivenciá-las obrigatoriamente. Porém, é importante ressaltar a diferença entre ACCs e as ACEs. Na primeira, o estudante tem a possibilidade de ser apenas ouvinte, enquanto na segunda, ele deve ser o protagonista na organização e execução. (UPE, 2019).

Nesse sentido, o Guia já define que o estudante poderá creditar toda e qualquer atividade de extensão que esteja especificada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A carga horária da ACE deve ser creditada pelo professor do curso de origem do estudante, com comprovação de carga horária, e só poderá ser registrada uma única vez no histórico escolar do estudante, pois de acordo com as recomendações da Comissão de Inserção Curricular da Extensão – FORPROEX, não pode haver sobreposição de horas e créditos em quaisquer componentes curriculares. É integração e não sobreposição (UPE, 2019).

Já a carga horária da DCExt, segundo a Resolução CEPE Nº 049/2021, deverá ser registrada na matriz curricular do curso, nos semestres em que serão vivenciadas, com especificação da jornada teórica e prática. Estudantes de outros cursos da UPE podem se

matricular nessas disciplinas com autorização da coordenação do seu curso de origem e desde que haja disponibilidade de vagas, já que estas serão priorizadas para os estudantes matriculados regularmente nos cursos em que as referidas disciplinas são ofertadas (UPE, 2021).

Sendo assim, a extensão deve ser inserida nos projetos pedagógicos na forma de componente curricular, de forma que outros componentes já presentes não sejam sobrepostos e vice-versa. Dessa forma, as atividades práticas podem ser atribuídas à carga horária de extensão desde que as mesmas não sejam reutilizadas em outros componentes curriculares para não haver risco de sobreposições. Muitas práticas estão dentro de disciplinas que podem ser entendidas por extensão.

Ainda nesse sentido, a atividade de extensão não é igual a estágio. O estágio não pode ser contabilizado como extensão, no entanto, é permitido que atividades de extensão sejam reconhecidas na forma de estágio não obrigatório de modo a não haver sobreposição de horas de estágio e extensão. São atividades muito próprias, têm objetivos diferentes, são distintas e não se pode contar duas vezes a mesma coisa. Se o estágio estiver excedendo horas e quiser usar como extensão, precisa garantir que as atividades atendam suas diretrizes, que façam o movimento de mão dupla, que traga e leve para o diálogo, que tenha a questão do protagonismo do estudante, a interdisciplinaridade.

A extensão não é teoria e depois prática, não há pré-requisitos. Os estudantes do 1º ao 9º período podem e devem participar das ações extensionistas. Esse é o diferencial em relação ao estágio e às práticas.

Os documentos seguem orientando também, como a extensão deve ser registrada no sistema acadêmico eletrônico (Sig@) da UPE. Se a ação for na modalidade de ACE, o registro segue a mesma

lógica do componente ACC, em processo contínuo, ou seja, podem ser submetidas, avaliadas e aprovadas (ou não), a qualquer tempo. O registro das ACEs deve ser feito no menu *Atividades* do sistema, já para registrar as DCExts seleciona-se o menu *Currículo*.

Vale ressaltar a importância e relevância desses registros, dado que possibilitam o resguardo da memória da academia, bem como proporciona a difusão dessas ações, colaborando para um maior comprometimento da comunidade.

Os registros também são importantes para auxiliar no processo avaliativo. Diante de todo esse processo, as avaliações devem ocorrer de forma ampla e provocadas por reflexões críticas sobre a prática, no sentido de captar seus progressos, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar deliberações sobre as ações seguintes. Deve conter também constantes *feedbacks*.

Por fim, trazemos aqui uma das grandes preocupações em relação à extensão que é o enfrentamento da limitação orçamentária nas instituições. A realização das atividades determinadas pela resolução, exigirá recursos que deverão ser disponibilizados de alguma forma pelos governos.

Na Resolução CNE/CES nº 7/2018, no seu artigo 15, parágrafo único fala que as atividades de extensão devem ser fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

O 47º Encontro Nacional do FORPROEX, realizado entre os dias 11 e 13 de março de 2021, indicou como desafio:

> Pautar o financiamento da extensão universitária como política de Estado na interlocução com os governos federal, estaduais e municipais, para se evitar as intercorrências conjunturais, tendo em vista que a materialidade da inserção curricular da extensão pressupõe ampliação substantiva das atividades de extensão, especialmente de projetos e programas. (...) Articular com a

> Associação Nacional de Dirigentes Federais de Ensino Superior (Andifes) a mediação junto ao Ministério da Educação da participação da extensão universitária na composição da matriz orçamentária (Matriz Andifes). (...) Estabelecer articulação com as Fundações de Apoio Estaduais (FAPs) com vistas ao financiamento da extensão em nível regional. (...) Estimular a realização de editais interinstitucionais para fomento à extensão, a exemplo do que foi feito pelas IPES IFMG, UFMG, UFOP e UFV, por meio do EDITAL No. 01/2020 - Fomento a projetos interinstitucionais de extensão em interface com a pesquisa para promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e enfrentamento à pandemia da COVID-19 (FORPROEX, 2021).

Na UPE, os recursos financeiros são aqueles originários do Programa de Fortalecimento Acadêmico – PFA, através de editais publicados pelas pró-reitorias e/ou recursos das Unidades destinados para tal. Os projetos vinculados à creditação de extensão, terão prioridade nos editais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dissertação de mestrado vinculada a este produto educacional, foram entrevistados alguns professores dos cursos de saúde da UPE *Campus* Petrolina. Pode-se perceber que muitos deles tinham dúvidas e davam muitas sugestões acerca da curricularização da extensão na instituição, que já estão presentes no Guia e na Resolução vigente, parecendo não conhecer ou até mesmo não saber da existência desses documentos, que são tão importantes para orientar sobre o processo de inserção da extensão no currículo. Por este motivo, acredita-se que seja fundamental uma maior divulgação desse material na academia, a fim de minimizar as dúvidas e anseios da comunidade acadêmica a fim de que o processo de implantação das atividades extensionistas no currículo ocorra com ampla participação e esclarecimento por parte desses atores.

Durante as entrevistas também deparou-se com questionamentos que expressavam preocupações sobre questões relacionadas à carga horária docente, inclusão de mais atividades nos projetos pedagógicos dos cursos, dúvida sobre quais atividades de fato poderiam ser consideradas como extensão, falta de entendimento sobre a creditação da extensão, dificuldades para conseguir financiamentos, falta de equipamentos e estrutura para a realização de algumas atividades específicas e impasses na conciliação de horários disponíveis para executar as ações. Contudo, é importante compreender os porquês dessa integralização da extensão no currículo dos cursos de graduação e como chegamos até esse momento, para que a implantação ocorra de forma consensual e organizada.

Nas entrevistas, houve uma sugestão considerada relevante para trazer a este produto. Uma professora sugeriu que a UPE adotasse uma comunidade para que todos os cursos executassem atividades de extensão na mesma. Seria uma forma de enxergar com maior força

os resultados do trabalho. Pensando-se na extensão para o *Campus* Petrolina como um todo ou, pelo menos, para todos os cursos de saúde.

Na análise documental, sentimos a falta de um Guia de Creditação da Extensão atualizado, com base na Resolução CEPE 049/2021, já que o Guia que a UPE possui, foi criado em 2019 e traz orientações da PROGRAD com base na Resolução CEPE 068/2017.

Contudo, observando os documentos que definem e orientam o processo de implantação das atividades extensionistas, percebe-se na UPE a preocupação em desenvolver essas atividades à luz da Ecologia dos Saberes, considerando a importância desse processo e os impactos positivos que essa integração oferta, no sentido de promover o diálogo entre os saberes científico, laico, tradicional e popular.

Ainda por meio desses documentos, percebemos muitas estratégias e fluxos sendo alinhados durante o percurso de mudança, de forma a adequar-se à rotina da instituição, às novas exigências, com o cuidado de atendê-las de forma eficaz e significativa para o aprendizado e não apenas para cumprir uma determinação burocrática, "fazendo por fazer". Percebeu-se nos documentos o cuidado em prezar pelo protagonismo do aluno, os quais devem ser promotores ativos no desenvolvimento dessas ações, pois eles são parte dos grupos sociais, e, portanto, devem ser os personagens principais no processo, desenvolvendo e sendo plastífices nas atividades.

Por outro lado, o Guia e as Resoluções deixam claro que a extensão não deve ser feita somente pelo estudante, a ação precisa ser trabalhada, orientada e organizado pelos professores e com o envolvimento da universidade como um todo. O professor deve ter a permanente participação na organização, na mediação e na construção dialógica desse conhecimento científico junto à comunidade.

A orientação deve ser qualificada e exige registro, mediação, acompanhamento, avaliação e interlocução com a comunidade.

Por fim, vivenciamos a possibilidade de mudança de paradigma e acredita-se que, no futuro, essas construções podem contribuir significativamente para as formações universitárias, formando profissionais conhecedores da realidade, mais seguros e responsáveis nas suas funções por terem descoberto o sentido e o significado do conhecimento adquirido. Além disso, julga-se que favoreça a superação do caráter excludente e elitista da educação superior na medida que essa formação se compromete com o progresso social do país, com caráter ético considerando os valores e interesses sociais.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C. C.; PINHEIRO, A. P; FAVERO, A. A. Ressignificando o papel do docente universitário: educação para democracia e experiência educativa em John Dewey. Revista Debates Insubmissos. Caruaru, 2022. Endereço: https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/ DOI: https://doi.org/10.32359/debin2022.v5.n19.p84-100. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

ARAÚJO, R. S.; Cruz, P. J. S. C. Reflexões epistemológicas sobre a extensão universitária: contribuições ao diálogo de saberes. Linhas Críticas, 2022. https://doi.org/10.26512/lc28202236816. Acesso em 21 de março de 2023.

BARBOSA, A. S. *et al.* Interprofissionalidade, formação e trabalho colaborativo no contexto da saúde em família: pesquisa-ação. Saúde debate, 2022. https: //doi.org/10.1590/0103-11042022E506

CHIESA, A.M. *et al*. A construção de tecnologias de atenção em saúde com base na promoção da saúde. Rev. Esc. Enferm. USP [online], v. 43, n. 2, p. 1352-1357, 2009. DOI: 10.1590/S0080-62342009000600036.

FALKENBERG, M. B.; MENDES, T. P. L.; MORAES, E. P.; SOUZA, E. M. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva. 2014;

FERRARESCO, L. F. O. T.; CODATO L. A. B. Aprendizados e reflexões advindos de atividade extensionista de educação em saúde em centros de educação infantil. Revista Ciência Plural. 2021.

FLEURI, R. M. Conversidade: diálogo entre universidade e movimentos sociais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

FORPROEX. III Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1989. Belém - PA. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/ Encontro-Nacional/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

FORPROEX. IV Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. 1990. Florianópolis - SC. Disponível em: http://www.renex.org.br/ documentos/Encontro-Nacional/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão universitária: versão final. 2001. Disponível em: http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1995. Acesso em :15 de fevereiro de 2023.

FORPROEX. 47º Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras. 2021. Carta de Alfenas/Belo Horizonte – MG.

FRAGA, S. M. Ecologia dos Saberes: Narrativas de memórias sobre as interações acadêmicas. Universidade LaSalle, Canoas, 2017.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LAGO, L. C. Extensão universitária como ação educadora para uma outra cidade. Além dos Muros da Universidade. 2019.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2008, v. 13, Acesso em: 5 de fevereiro de 2023, pp. 2133-2144. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000900018>.

NOGUEIRA, M. D. P. (org). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015.

RODRIGUES, L. A.; CARVALHO, O. F.; TENÓRIO, R. M. F.; SILVA, R. F. e. Extensão Universitária: experiências da curricularização na UPE. EdUPE, Recife, 2022.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 15 ed. Porto: Afrontamento, 2007.

SANTOS B. S.; ALMEIDA FILHO N. (Org.). A Universidade no século XXI: por uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SILVA, A. F. L.; RIBEIRO, C. D. M.; SILVA JÚNIOR, A. G. Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense, Brasil Interface (Botucatu), v.17, n.45, p.371-84, abr./jun. 2013

SOUZA, A. C. *et. al.* A extensão universitária no processo de educação e saúde: um estudo de caso. Revista Eletrônica de Extensão. UFSC, 2018.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, *CAMPUS* PETROLINA. Guia da Creditação das Atividades de Extensão. UPE, 2019. Disponível em: < http://www.upe.br/anexos/extensao/documentos/Guia_de_creditacao_da_extensao.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atividades 16, 17, 19, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41

C

Conhecimento 2, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 32, 33, 41, 42

E

Educação 26, 31, 38, 43

Extensão 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45

Extensionistas 16, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 36, 40, 41

F

Formação 16, 19, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 42, 43, 44, 45

S

Saberes 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 32, 41, 43, 44

Saúde 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 41, 43, 44, 45

U

Universidade 17, 19, 22, 25, 30, 31, 41, 43, 45

SOBRE AS AUTORAS

Neylane de Souza Lima

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco- Campus Petrolina. Especialista em Matemática Financeira e Estatística pela Universidade Cândido Mendes, Instituto Prominas. Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade de Pernambuco (2007). Atualmente, Professora efetiva da rede municipal de Petrolina-PE, exercendo a função gratificada de Tesoureira na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Petrolina-PE.

Marianne Louise Marinho Mendes

Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2002), Mestre em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB, 2004) e Doutora em Ciência e Tecnologia dos Alimentos (UFPB, 2011). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina, atuando no curso de graduação em Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPPI (Mestrado Profissional). Professora coloboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental para o Semiárido da UPE. Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise de Alimentos-LEPAA da UPE Campus Petrolina. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Bioquímica e Química dos Alimentos, Bromatologia, Tecnologia dos Alimentos, Análise Sensorial dos Alimentos, Alimentos Funcionais, qualidade de Vida, doenças crônicas não transmissíveis, educação em saúde.

Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes

Graduada em Enfermagem pela Universidade de Pernambuco - UPE (2002). Especialista em Saúde Pública com Ênfase em Gestão de Serviços e Saúde da Família (UPE). Mestre em Gestão e Economia da Saúde pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014). Doutora em Inovação Terapêutica pelo Programa de Pós-Graduação em Inovação Terapêutica - PPGIT da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2018). Foi Coordenadora Setorial de Extensão e Cultura da UPE Campus Petrolina entre junho de 2017 e agosto de 2018. Foi Coordenadora do Curso de Enfermagem da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina (início em 05/10/2020 e término em 20/04/2021). Atualmente é Professora Adjunta do Colegiado de Enfermagem e Coordenadora Setorial de Extensão e Cultura da UPE Campus Petrolina desde 20/04/2021. É docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI), nível mestrado profissional. É representante da UPE no Comitê Regional de Prevenção aos Acidentes de Moto (CRPAM) da VIII Região de Saúde de Pernambuco. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva da UPE Campus Petrolina - GPESC/UPE. Tem experiência na área de Saúde Coletiva e Economia da Saúde e desenvolve pesquisas nas áreas de acidentes e violências com utilização de métodos quantitativos.

ECOLOGIA DOS SABERES

Este E-book, ECOLOGIA DOS SABERES: UM OLHAR PARA A INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE), foi elaborado com o intuito de esclarecer a extensão universitária no âmbito da Ecologia dos saberes, refletindo sobre sua importância na formação em saúde, como forma de contribuir para o processo de inserção das atividades de extensão no currículo dos cursos, inspirando-se na realidade da comunidade acadêmica da Universidade de Pernambuco (UPE).

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,
Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065

9 786558 895749 >